

## RESISTÊNCIAS À PSICANÁLISE

ZELJKO LOPARIĆ

*Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência  
Universidade Estadual de Campinas*

### I UM INVENTÁRIO DAS RESISTÊNCIAS À PSICANÁLISE

Um dos problemas mais incômodos para Freud, e lugar-comum freqüente nas nossas conversas de todos os dias, as resistências à psicanálise têm sido praticamente esquecidas nas discussões filosóficas sobre a oposição à mudança científica. (Nenhuma surpresa, aliás, visto que a psicanálise em geral foi negligenciada pelas teorias contemporâneas da ciência.) Trata-se, no entanto, de um caso particularmente interessante de recusa do novo, rico em ensinamentos sobre as propriedades gerais desse fenômeno.

O presente trabalho tratará apenas das resistências à psicanálise que foram identificadas pelo próprio Freud e do modo como ele mesmo as analisou e enfrentou. Consideremos então, para começar, a natureza do objeto dessas resistências, a saber, a psicanálise. Segundo Freud, psicanálise é, primeiro, um *método de pesquisa* de processos mentais praticamente inacessíveis de qualquer outra maneira; segundo, um *método de tratamento* das desordens neuróticas, baseado nesse método de pesquisa; e, terceiro, uma coleção de informações psicológicas, obtidas pelos procedimentos mencionados, que estão sendo gradualmente acumuladas e postas sob a forma de uma *disciplina científica* (1923a, 235)\*. No que se segue deixarei quase inteiramente de lado a psicanálise enquanto método de tratamento. Quanto ao método psicanalítico de pesquisa, ele consiste essencialmente na livre associação dentro ou fora da situação de análise.

A disciplina psicanalítica, por sua vez, é um complexo edifício disposto em vários níveis. Uma análise satisfatória de sua estrutura está ainda por ser feita, apesar de meritórios esforços recentes (como, por exemplo, os de Rapaport e Gill). Para nossos propósitos presentes será suficiente observar que os andares inferiores desse edifício abrigam conceitos e proposições que podemos caracterizar como fatuais, fenomenais ou ainda vivenciais, enquanto os seus andares superiores acomodam construções teóricas de diferentes tipos, inclusive os que Freud chama de especulações.

Quanto às resistências identificadas por Freud e que se dirigem contra a psicanálise, seja como método de pesquisa, seja como disciplina, elas podem ser divididas em dois grupos principais: *intelectuais* e *não-intelectuais*. Levando em conta que Freud costumava posicionar-se de maneiras diferentes com respeito aos críticos vindos de fora e

---

\**Nota Editorial*: As obras de Freud citadas no presente trabalho estão indicadas apenas pelo ano de publicação (ver lista bibliográfica ao final do artigo) e página.

aos que surgiram dentro do movimento psicanalítico, convém distinguir ainda entre objeções internas e externas.

As objeções *intelectuais externas* comentadas por Freud atingem os aspectos gerais da teoria freudiana, seja a sua metodologia de pesquisa, sejam os fatos revelados pela psicanálise. Uma primeira objeção *teórica* externa diz que a suposição psicanalítica da existência de atos (representações, processos, eventos, estruturas, etc.) psíquicos inconscientes é absurda, porque o psíquico é idêntico ao consciente (1905c, 151; 1915e, 126; 1916-7, 47; 1925e, 216-7). Uma segunda objeção desse tipo combate a suposição do inconsciente psíquico, partindo da tese de que o inconsciente é algo físico ou somático. Freud costuma atribuir a primeira tese aos filósofos, entre os quais devemos incluir, sem dúvida, Brentano e Wundt, e a segunda aos seus colegas médicos, que haviam sido formados no materialismo, ou melhor, no mecanicismo científico do século dezenove (1925e, 214-6).

As objeções *metodológicas* externas atacam os conceitos e os princípios básicos da psicanálise. Os conceitos de psicanálise, quando não fossem obviamente absurdos, careceriam de clareza e precisão (1925e, 217). Tanto é assim, continua a objeção, que o próprio Freud admite, por exemplo, que não sabe definir satisfatoriamente o conceito básico de impulso nem especificar as leis de composição dos impulsos (1923c, 308). Quanto aos postulados básicos, eles estão manifestamente incompletos (1923a, 253) e por isso mesmo são insuficientes (1925e, 213) para dar conta de todos os fenômenos, além de serem provisórios e sempre passíveis de correção de um modo não previsível (1923a, 1953).

O embasamento do edifício da psicanálise também foi alvo de críticas de fora. Assim, por exemplo, a autenticidade dos *fatos* revelados pela psicanálise foi negada, e sua relevância para a teoria psicológica, posta em questão.

Passemos agora às resistências *intelectuais internas*, oferecidas por dissidentes tais como Jung, Adler, Rank, Stekel e outros. As que foram analisadas por Freud atingem partes mais específicas da doutrina psicanalítica e são baseadas, segundo ele, em interpretações errôneas dos fatos descobertos pela pesquisa psicanalítica. Jung, por exemplo, não erraria tanto em questionar a existência da sexualidade infantil, mas em desconhecer a importância etiológica das perturbações da atividade sexual infantil no surgimento das neuroses.

O segundo grande grupo de resistências à psicanálise é, como dissemos, aquele das *não-intelectuais*. Caracterizadas por fortes componentes afetivos, elas podem ser convenientemente classificadas em inerciais, institucionais e narcisistas. As resistências *inerciais* se opõem ao que há de novo na psicanálise e, em geral, nas teorias e métodos científicos. Elas são, de fato, apenas um caso particular de repúdio afetivo ao inesperado, devido ao aumento da demanda exercida sobre a mente humana por toda e qualquer novidade. Toda diferença surpreendente exige de nós um acréscimo do esforço psíquico trazendo consigo incertezas e, não raramente, ansiedade (1925e, 212). As resistências *institucionais*, por sua vez, embora freqüentemente apontadas por Freud como decisivas para a rejeição da psicanálise nos meios científicos tradicionais, não foram objeto de considerações teóricas mais aprofundadas por sua parte. Claro está, entretanto, que elas se reduzem a algo que, por analogia com a inércia individual acima definida, poderíamos chamar de inércia social, grandeza que mede o esforço de

adaptação exigido das comunidades científicas pelas tentativas de mudanças de regras do jogo científico.

Finalmente, também se apresentam resistências *narcisistas* ou do amor próprio. Embora talvez não as primeiras a serem detectadas, constituíram o primeiro domínio de fenômenos afetivos não-patológicos a que Freud aplicou a sua teoria psicanalítica: o fenômeno de resistência maciça às suas teorias seria uma manifestação da mesma resistência que deve ser vencida no tratamento psicanalítico (1933a, 568). Com efeito, já nos primeiros casos de neurose observados por Freud, ficou claro que a fuga era a reação mais comum num primeiro encontro com verdades indesejáveis da análise. Desde então, ele sempre manteve a tese de que a compreensão da verdade de cada um de nós é limitada por nossas próprias repressões, ou melhor, por resistências que a sustentam (1914d, 48). Vemos então que as resistências narcisistas à psicanálise não são devidas aos erros intelectuais, nem ao seu caráter de *novidade* que exigiria um esforço de adaptação, mas ao *conteúdo afetivo* das informações que oferece. Aliás, tornou-se famosa a afirmação de Freud de que, além da psicanálise, houve duas outras teorias científicas que feriram de uma maneira particularmente dolorosa o amor próprio humano: o heliocentrismo de Copérnico e a teoria da evolução de Darwin (1916-17, 283-4).

No que se segue, farei uma análise das estratégias defensivas de Freud contra esses dois grupos principais de resistência à psicanálise, procurando mostrar que Freud os enfrenta de maneiras essencialmente distintas: ele opõe argumentos racionais às resistências intelectuais e toma atitudes práticas ou até discriminatórias com respeito às resistências não-intelectuais. Diferença de atitude pensada, sem dúvida, e que reflete, além do mais, o fato banal de que as resistências não-intelectuais se desgastam com o tempo (teses inicialmente rejeitadas podem passar a ser aceitas sem nenhum argumento novo a seu favor) enquanto o mesmo não ocorre com as resistências intelectuais. O reconhecimento da irredutibilidade de certas objeções contra a psicanálise ao fator afetivo também explica porque Freud nunca caiu no mero proselitismo, embora houvesse tentado ignorar por completo os adversários externos e houvesse praticado a excomunhão dos dissidentes. Como mostrarei em seguida, a argumentação e discussão racionais baseadas em fatos vivenciais e na lógica da pesquisa científica são elementos constitutivos de sua política geral de defesa da psicanálise; mas é preciso reconhecer que essa sustentação argumentativa da mais ambiciosa teoria empírica do desejo apresenta falhas. As nossas análises a seguir mostrarão que Freud não resolveu de maneira satisfatória vários problemas básicos que dizem respeito, por um lado, à estrutura e à testabilidade da teoria psicanalítica e, por outro, à confiabilidade do método psicanalítico de livre associação. Isso o levará na prática a assumir atitudes mistas, simultaneamente argumentativas e autoritárias, em relação a seus opositores.

## 2 DEFESAS CONTRA AS RESISTÊNCIAS TEÓRICAS EXTERNAS

A identificação do psíquico com o consciente foi criticada por Freud em diversas oportunidades e, em particular, na primeira seção do seu texto fundamental *O Inconsciente*. Lá, Freud afirma que essa identificação é ou uma *petitio principii* ou uma questão de definição. No primeiro caso, ela não passa de uma mera idiossincrasia

(1925d, 31) ou um simples preconceito (1916-7, 47), sem nenhum fundamento real, quer empírico, quer teórico. Se, pelo contrário, insistirmos em que o psíquico é e deve ser definido como consciente, estaremos defendendo uma convenção, pois, observa Freud, todas as definições são convenções. Nessa última hipótese, estaremos defendendo algo irrefutável. Contudo, uma convenção pode sempre ser modificada de acordo com novos objetivos que podemos vir a ter (1905c, 151; 1915e, 126). Logo, conclui Freud, a definição do psíquico como consciente não pode assegurar que os eventos psíquicos inconscientes sejam *impossíveis*. A aparente plausibilidade dessa definição, observa Freud em outras oportunidades, provém simplesmente do desconhecimento de certas propriedades dos fatos revelados pelo método psicanalítico de pesquisa empírica e, em particular, do caráter significativo, intencional e quantitativo de atos falhos, estados hipnóticos, obsessões, histerias, etc. (1925e, 214; 1920b, 283-4). Quem, por sua vez, está familiarizado com essas propriedades, vê-se obrigado a inferir a existência de eventos inconscientes também dotados de intencionalidade, de significado e de certas propriedades quantitativas; caso contrário, no estado atual da pesquisa psicológica, teria de abandonar a pretensão que define todo o esforço científico, que é a de oferecer explicações causais de fenômenos naturais (1905c, 152; 1916-7, 278). A experiência analítica somada à lógica das explicações científicas nos obriga, portanto, segundo Freud, a abandonar a convenção que identifica o psíquico com o consciente e a adotar a convenção que admite, além dos atos psíquicos conscientes, também os inconscientes, possuindo determinadas propriedades dos atos conscientes.

Podemos parecer estranho afirmar que o conceito freudiano de inconsciente é uma *convenção*. O sentido preciso em que isso é verdade torna-se claro se considerarmos mais de perto as razões que nos obrigam a inferir a existência de um inconsciente quantitativo e, ao mesmo tempo, dotado de intencionalidade e sentido.

Freud infere o caráter quantitativo do inconsciente basicamente a partir do fenômeno quantitativo da resistência. Esse fenômeno revela, diz a teoria psicanalítica, a existência de uma *força* de repressão dirigida contra as representações que não podem ser lembradas. Essa afirmação, embora teórica, isto é, não descrevendo dados vivenciais, é entretanto "irrefutável", argumenta Freud, pois dispomos de meios técnicos para superar a força da repressão e tornar conscientes as representações recalçadas (1923b, 284). De um ponto de vista puramente lógico, está claro que esse argumento em favor da irrefutabilidade dessa tese dinâmica não é suficiente para garantir a sua verdade nem tampouco a sua aceitabilidade em detrimento de teses alternativas possíveis. Esse argumento, por si só, não exclui, por exemplo, a possibilidade de explicarmos o fenômeno da resistência por meio de *disposições*, físicas ou psíquicas, de recordar ou esquecer certas representações (cf. 1912g, 29). Uma análise mais aprofundada dos textos de Freud mostra que a sua inferência, que vai do fenômeno de resistência à afirmação da existência de forças inconscientes de repressão, pressupõe uma tese metodológica adicional: toda explicação causal na psicologia deve ser dinâmica. Depreende-se claramente que essa foi a concepção freudiana das explicações científicas, partindo do seguinte trecho das *Conferências*:

"Não queremos apenas descrever e classificar as aparências, mas concebê-las como sinais de um jogo de forças dentro da alma, como expressão de tendências dirigidas para fins e que

trabalham umas de acordo com as outras ou umas contra as outras. Esforçamo-nos por elaborar uma *concepção dinâmica* das aparências psíquicas. Nessa nossa concepção, os fenômenos percebidos devem ficar em segundo plano, atrás das tendências apenas supostas” (1916-17, 86).

A preferência freudiana por explicações dinâmicas aparece já no IV Capítulo dos *Estudos sobre Histeria*, onde diz que pretende contribuir na direção de uma *dinâmica das representações* (Eg, 80). Na sua *Autobiografia*, Freud recorda suas divergências teóricas com Breuer da seguinte maneira: “Na questão de saber quando um processo psíquico é patogênico, isto é, quando ele não termina de uma maneira normal, Breuer preferia uma teoria por assim dizer fisiológica: ele pensava que os eventos que não sucumbiam ao destino normal eram aqueles que se tinham originado nos estados psíquicos extraordinários ou hipnóticos. Com isso, foi levantada uma nova questão, a questão da origem desses estados. Eu, pelo contrário, preferia supor a existência de um *jogo de forças*, a ação de propósitos e de tendências parecidos com os que podem ser observados na vida normal” (1925d, 23; meu grifo).

A opção metodológica de Freud por explicações dinâmicas tem, sem dúvida, relação com sua formação baseada na tradição de Helmholtz, isto é, de Kant, onde o conceito de força ocupava uma posição de destaque. Ademais, apesar do que diz no texto que acabamos de citar, Freud está seguindo, nesse particular, uma orientação metodológica também abraçada por Breuer. Com efeito, a teoria breueriana da etiologia das neuroses diz que os sintomas neuróticos representam um uso anormal de quantidades de excitação que não foram eliminadas (1914d, 8). Trata-se de uma teoria dinâmica, caracterizada de maneira bastante vaga por meio de uma analogia com um sistema elétrico de iluminação e de transmissão de *força motora*. Está também claro que Breuer não considera essa analogia como uma descrição fiel do real psíquico, mas apenas como um simulacro no sentido platônico, ou seja, como uma reprodução da silhueta que os objetos supostamente reais projetam sobre a parede visível, para nós. Como Freud dirá num texto tardio (1923a, 236), a teoria dinâmica de neuroses proposta por Breuer, particularmente sugestiva e de fato decisiva para todo o desenvolvimento posterior da pesquisa psicanalítica, não é mais do que uma *especulação*, possuindo, portanto, elementos sobre os quais é essencialmente impossível decidir a partir de fatos. É nesse sentido que ela deve ser caracterizada como sendo uma teoria essencialmente convencional.

Não é difícil mostrar que também as *teses dinâmicas mais específicas* da psicanálise, com as quais Freud interpreta vários aspectos do conflito intrapsíquico, constituem pouco mais que uma maneira conveniente de apresentar os fatos observados. Nas *Conferências*, por exemplo, Freud afirma que a *libido* não muda de natureza ao mudar de objeto e que ela nunca se transforma no interesse do ego, ou seja, no impulso do ego. Mas a razão dada para essa distinção entre a libido e os impulsos do ego é apenas a seguinte: no momento (1917) essa é a única maneira de chegarmos a uma conceitualização, isto é, a uma descrição adequada dos conflitos intrapsíquicos geradores das neuroses (1916-7, 405, 414).

Freud tem ainda outras razões (não menos convencionais) para introduzir o conceito de libido. Nos *Três Ensaios sobre a Teoria Sexual*, por exemplo, os conceitos de li-

bido e de energia psíquica são introduzidos para que seja possível expressar, no plano psicológico, uma especulação biológica de acordo com a qual as substâncias químicas que determinam os processos sexuais diferem das que governam os processos de nutrição. A libido é concebida como uma força variável que mede a excitação sexual produzida pela correspondente substância sexual, enquanto a energia psíquica corresponde a outras formas de excitação somática. O próprio Freud admite que essa sua especulação não possui o valor de uma verdadeira hipótese causal. A razão é óbvia: ela não passa da estipulação de um jargão teórico no qual os fenômenos possam ser *expressos* ou *escritos* de uma maneira uniforme e consistente. Freud, de resto, não oferece nesse texto nenhuma indicação sobre a maneira de medir a força ou a energia da excitação sexual. Estamos perante uma mera *metáfora* ou nomenclatura fisicalista, sem nenhum sentido operacional (1905d, 120-2).

Tendo sido cunhado por motivos essencialmente especulativos, era de se esperar que o conceito de libido pudesse ser modificado por esses mesmos motivos. Uma mudança na doutrina dos impulsos baseada em razões essencialmente especulativas foi de fato oferecida por Freud em seu *Além do princípio do prazer*. Aqui, Freud propõe a especulação de que os impulsos do ego são também de natureza libidinoso, baseando-se sobre o ponto de vista do narcisismo (cf. 1933a, 535). Em consequência dessa modificação conceitual, o próprio termo *libido* poderá ser abandonado ou redefinido como sinônimo do termo *energia psíquica* (*ibid.* 536).

A questão de saber se o inconsciente em si é *psíquico* ou *físico* é levantada, como dissemos acima, pela segunda objeção teórica externa contra a psicanálise. Ela também não é decidida a partir dos fatos. Se um filósofo afirmasse que os processos subjacentes aos processos patológicos não deveriam ser descritos como mentais (psíquicos) mas como "psicóides", a diferença de opinião entre ele e um defensor do inconsciente psíquico degeneraria de novo numa infrutífera querela verbal (1925d, 32; cf. 111, 285). "Nenhuma objeção, é claro, pode ser levantada", diz Freud no seu artigo *O Interesse Científico da Psicanálise*, "contra aquele que, embora possuindo todo esse conhecimento [das manifestações da vida mental inconsciente], mantivesse a convicção da igualdade entre o consciente e o psíquico, e conseqüentemente negasse ao inconsciente o atributo de ser psíquico — exceto a objeção de que tal distinção se revela muito prática" (1913j, 178-9; cf. 1915e, 127).

Encontramos em Freud várias séries de observações que podem servir para justificar essa *tese da impossibilidade de decidir sobre as proposições que visam a determinar a verdadeira natureza do inconsciente*. Todas elas são de inspiração kantiana. Em primeiro lugar, Freud aceita explicitamente a não-identidade, estabelecida por Kant, entre o *mundo fenomenal* dado na experiência empírica e o *mundo numênico* introduzido pelo entendimento para satisfazer as necessidades internas do seu funcionamento, no qual Freud situa o seu inconsciente (1915e, 129-30). Além disso, ele aceita a tese kantiana da incognoscibilidade do mundo numênico, isto é, da impossibilidade de decidir sobre todas as proposições sobre as propriedades dos objetos numênicos (*ibid.*). Assim, Freud não pôde deixar de concluir que o problema de saber qual é a verdadeira natureza do seu inconsciente é um problema insolúvel. É o que Freud já deixa claro na sua *Interpretação dos Sonhos*: "O inconsciente é o psíquico efetivamente real, embora em

sua natureza interna seja tão desconhecido para nós quanto o Real do mundo exterior: ele nos é apresentado por meio de dados da consciência de um modo tão incompleto quanto o mundo externo mediante as informações dos nossos órgãos dos sentidos” (1900a, 580). Bem mais tarde ele sentenciará dentro do mesmo espírito kantiano: “A questão adicional quanto à última natureza desse inconsciente não tem mais sentido nem é mais útil do que a questão tradicional sobre a natureza da consciência” (1925d, 32).

Em um de seus últimos escritos, Freud retoma esse mesmo ponto. É fácil, diz ele, enumerar as diferentes propriedades dos processos psíquicos. Mas se alguém perguntasse quais as propriedades que todos esses processos possuíam, ou seja, qual é a *natureza* ou a *essência* do psíquico, a resposta tornar-se-ia bem mais difícil. Encontramos uma situação análoga na física. Para os fins da explicação causal de certos fenômenos, supomos a existência de forças físicas. Partindo dessa suposição, estudamos esses fenômenos e descobrimos as leis que os governam. Isso nos satisfaz provisoriamente. Não conhecemos a natureza da eletricidade, isto é, a parte mais importante e mais interessante do assunto todo; só que isso não nos incomoda. É assim que as coisas caminham nas ciências naturais (1940b, 282).

Uma outra série de observações diz respeito à *formação dos conceitos científicos*. Segundo Freud, um conceito só tem conteúdo cognitivo (*Kenntnisinhalt*, 1914c, 46) na medida que possui “relações significativas” com o material empírico (1915c, 81), ou seja, na medida que é dotado de conteúdo empírico. Ora, o conceito de inconsciente, por ser aplicável apenas às entidades que não podem ser dadas na experiência possível, não tem nem pode ter nenhum conteúdo empírico. Mas nada impede que, por motivos heurísticos, venhamos a caracterizá-lo por meio de conjuntos distintos e mutuamente incompatíveis de representações que tenham conteúdo empírico. O preço a pagar será a impossibilidade de decidirmos objetivamente entre esses diferentes modos de caracterização.

Freud voltará à questão da formação dos conceitos psicológicos num texto esplêndido do *Abriss*, obra-prima da sua velhice. Como na física, também na psicologia tratamos de resolver problemas relativos aos objetos ou processos fenomenais postulando, por trás de suas propriedades exibidas diretamente, outras propriedades não-perceptíveis pelos nossos sentidos. Contudo, qualquer que seja a linguagem que forjemos para falar dessas outras propriedades, ela só terá um conteúdo cognitivo e um teor de verdade (cf. 1916-7, 568) se for traduzível na linguagem das nossas percepções. Essa exigência se impõe pelo fato de a nossa consciência empírica ser a única que ilumina o nosso caminhar na pesquisa psicológica e que nos guia através da obscuridade da vida mental (cf. 1915e, 125; 1949c, 286). A psicanálise vem de encontro a essa exigência, utilizando desde o início a linguagem mentalista (cf. NAGEL, 1974). No contexto da teoria psicanalítica, dizer, por exemplo, que em um determinado momento ocorreu em alguém uma lembrança inconsciente significa dizer o seguinte: aqui se deu algo inteiramente inconcebível (*unfassbar*) para nós; se, no entanto, esse algo tivesse entrado no campo da nossa consciência tê-lo-íamos descrito como lembrança. Essa exigência de possibilidade de traduzir ou exprimir os eventos analíticos na linguagem das percepções internas não faz mais do que pôr na forma de uma regra metodológica o fato de que a nossa consciência perceptiva é a última instância de decisão no campo da ciência empírica. Contudo ela nem sempre é satisfeita pela psicanálise. E-

xemplos disso são todos os termos emprestados à teoria física e utilizados pela psicanálise num sentido apenas metafórico. Entretanto, mesmo se pudéssemos satisfazer a exigência da possibilidade de tradução, não conseguiríamos mais do que produzir simulacros que representariam o outro lado dos eventos psíquicos, caracterizados pelas propriedades não encontradas em nossa autoconsciência. Apesar de simulado com eficácia, o outro lado dos fenômenos psíquicos, ou o real em si, permanecerá sempre inacessível e por isso incognoscível para nós (1940a, 71-2). Em outras palavras, pelas considerações ontológicas e semânticas, nada pode ser decidido quanto à questão de saber se o inconsciente é uma força ou se essa força é de natureza psíquica ou física.

Embora tenham um inconfundível sabor positivista<sup>1</sup>, essas considerações de Freud devem antes de tudo ser remetidas à filosofia crítica de Kant, o verdadeiro patrono da ciência alemã na época. Já Kant dizia que um conceito só tem significado cognitivo se for referido ao domínio da experiência sensível e que as proposições que contêm conceitos sem significado cognitivo são incognoscíveis, isto é, não são passíveis de decisão (cf. LOPARIĆ 1984)<sup>2</sup>.

Sabemos agora que os dados psicanalíticos sobre os conflitos mentais considerados à luz da lógica da explicação científica não são suficientes para determinar qualquer propriedade essencial do lado inconsciente desses processos. Freud optou pelo inconsciente dinâmico intencional (isto é, do mesmo tipo de categoria que a consciência), e, conseqüentemente, pela linguagem mentalista; mas ele o fez *por outros motivos*, e esses motivos foram basicamente *heurísticos*. Em várias oportunidades Freud enfatizou a vantagem de tratar o inconsciente *como se fosse semelhante ao consciente*. Um de seus textos diz: "Pois é fácil descrever o inconsciente e seguir seus desenvolvimentos se o abordamos na direção de sua relação com o consciente, com o qual ele tem tantas coisas em comum. Por outro lado, não parece ainda existir nenhuma possibilidade de abordá-lo a partir da perspectiva dos eventos físicos. Assim, ele deverá permanecer um assunto de estudos da psicologia" (1913j, 179; cf. 1915e, 127 e 1940b, 286). Ou ainda: "O que fala contra a hipótese fisiológica é a sua esterilidade, e o que pode ser apresentado a favor da hipótese psicanalítica é o fato de, por meio dela, ter sido possível traduzir e dar sentido a milhares de sonhos e usá-los para iluminar os detalhes íntimos da mente humana" (*ibid.*, 169; sobre o mesmo ponto, cf. ainda 1915e, 127). No fim de sua vida Freud dirá com orgulho que, enquanto a hipótese fisiológica permaneceu

<sup>1</sup>Existem evidências concretas de que Freud estava familiarizado com a obra do filósofo positivista vienense Ernst Mach (sobre a teoria machiana da formação dos conceitos, cf. LOPARIĆ 1985). Maiores detalhes sobre a relação entre Freud e Mach podem ser encontrados no meu "Freud, contemporâneo de Brentano e Mach" (conferência pronunciada no Colóquio sobre Viena no começo do século: um paradigma da modernidade, UNICAMP, novembro 1985).

<sup>2</sup>Freqüentemente se diz que Freud nunca deixou de considerar sua abordagem mentalista do inconsciente como provisória (*vorläufig*), a ser complementada e finalmente substituída pela abordagem fisiológica, e que, portanto, ele mesmo era um materialista ou mecanicista. Não há dúvida de que Freud nunca deixou de depositar esperanças numa anatomia (1915e, 133) e numa química (1905e, 178; 1925e, 215; 1940a, 54) do inconsciente. Mas disso não se segue que ele fosse um materialista dogmático ou teórico. Tudo que dissemos acima sobre o dogmatismo de Freud e sobre a sua maneira de ver a formação dos conceitos científicos fala contra essa conclusão.

estéril, a *hipótese psicológica* permitiu a elaboração de uma teoria da vida mental compreensiva e coerente (1940b, 286).

O caráter dinâmico do inconsciente e a teoria dualista dos instintos são justificados dessa mesma maneira no trecho já citado das *Conferências*. Por exemplo, a distinção entre os impulsos libidinosos e os do ego é baseada no fato de permitir uma conceitualização do fenômeno do conflito endopsíquico e vale apenas provisoriamente, isto é, até um possível fracasso “por motivos heurísticos” (1916-7, 405). A tese do dualismo não determina, portanto, uma propriedade objetiva dos impulsos, mas tão-somente indica uma direção de pesquisa psicológica (*ibid.*, 414; 1914c, 47). Freud sem dúvida não ficou inteiramente satisfeito com essa justificação da tese central de sua metapsicologia. O fato é, entretanto, que ele não forneceu outras melhores.

### 3 DEFESAS CONTRA AS RESISTÊNCIAS METODOLÓGICAS EXTERNAS

Consideremos agora a discussão freudiana das objeções metodológicas externas contra a psicanálise. Elas apontam, como vimos, a falta de clareza e precisão dos seus conceitos, bem como a insuficiência e o caráter provisório dos seus princípios. Em sua resposta, Freud destaca as diferentes maneiras como tem sido concebido o progresso da ciência. Segundo uma das concepções existentes, a ciência cresce dedutivamente, dentro de um *sistema fechado* (1925d, 57). Uma outra concepção entende que as informações científicas sobre a natureza são acumuladas dentro de *programas de pesquisa científica* (*Forschungsrichtung*, 1916-7, 47, 414), por meio da observação cuidadosa de fatos e de sua posterior elaboração intelectual.

A idéia da ciência como sistema é cara, diz Freud, aos metodólogos de origem filosófica. Eles exigem que as teorias científicas sejam desenvolvidas do mesmo modo que as filosofias, isto é, a partir de certos conceitos básicos claramente definidos, através dos quais procuram abraçar o mundo inteiro, não deixando espaço livre para novas descobertas ou uma compreensão melhor (1925e, 253). Teorias assim construídas se assemelham, portanto, aos sistemas axiomáticos das ciências formais, o que talvez explique por que Freud as chama de sistemas lógicos (1925d, 57). Em virtude dessa sua forma, as teorias filosóficas são em geral propostas como *Weltanschauungen*. Esse conceito, especificamente alemão, diz Freud, designa uma construção intelectual capaz de resolver de maneira uniforme todos os problemas da nossa existência, partindo de uma suposição suprema e única, a respeito da qual nenhuma questão fica em aberto e tudo que possa suscitar o nosso interesse recebe o seu lugar determinado. Compreende-se facilmente que a posse de uma tal *Weltanschauung* corresponda aos desejos supremos dos homens: a crença nela nos dá segurança na vida e nos permite determinar o que devemos querer e como devemos tratar, de maneira mais apropriada, dos nossos afetos e interesses (1933a, 586). Uma *Weltanschauung* tem, portanto, tudo para agradar ao nosso narcisismo: pode ser utilizada como um prático e completo catecismo, sendo o melhor meio imaginável para renegar a angústia insuperável da nossa existência (VI, 241).

As teorias empíricas existentes estão longe, entretanto, de poderem satisfazer essa definição da *Weltanschauung*, por possuírem uma estrutura essencialmente diferente daquela das teorias filosóficas. Sem dúvida, essas também visam a produzir

no futuro um sistema uniforme e unitário de explicações dentro do qual todos os problemas poderiam ser resolvidos. Mas no seu estado atual nenhuma ciência empírica pretende poder iluminar todos os enigmas do mundo. Todas são caracterizadas por uma forte dose de ceticismo. Disciplinada pela exigência metodológica de certeza intelectual, sem poder recorrer nem à revelação (como a religião) nem à intuição da essência (como a filosofia), a ciência se vê obrigada a progredir passo a passo, por meio de uma elaboração paciente e imparcial das observações cuidadosamente colhidas e examinadas (*ibid.*, VI, 241). As primeiras conceituações das observações não têm nem poderiam ter a forma de um sistema axiomático. Os conceitos iniciais de todas as ciências empíricas são, de fato, sempre indeterminados, o que não impede mas, pelo contrário, favorece o progresso do trabalho científico (1925d, 58). A história mostra ademais que mesmo os conceitos básicos bem definidos de ciências avançadas como a física são permanentemente modificados dentro de novas orientações de pesquisa científica (1915c, 81). Sem dúvida, somos livres para tentar enquadrar um domínio qualquer dos fatos dentro de um sistema lógico. Esse esforço, entretanto, é supérfluo (1925d, 58), podendo ser até mesmo nocivo, pois o desenvolvimento da ciência não é compatível com a rigidez das definições (1915c, 81).

Do mesmo modo, a pesquisa psicanalítica não se inicia, tal como um sistema filosófico, com uma doutrina completa e terminada. Ela se vê obrigada a abrir, passo a passo, caminhos de compreensão das doenças mentais, por meio da decomposição analítica dos fenômenos tanto normais quanto anormais (1923b, 303). O andamento da pesquisa psicanalítica conforme com o método psicanalítico é de fato *inteiramente parecido* com o progresso da pesquisa científica em qualquer outro domínio empírico.

“O progresso da análise é inteiramente parecido com o progresso do trabalho científico. Introduzem-se expectativas iniciais que, no entanto, devem poder ser rechaçadas. Cá e lá aprende-se algo novo pela observação mas, de início, as peças não combinam umas com as outras. Fazem-se suposições, elaboram-se construções auxiliares que são abandonadas se não forem confirmadas; precisa-se de muita paciência e disposição para aceitar qualquer dado surpreendente; renuncia-se às primeiras convicções para não deixar de perceber, sob sua pressão, aspectos inesperados. No final, todo esse esforço é recompensado, os achados dispersos se juntam, obtém-se uma visão geral sobre um fragmento inteiro do devir psíquico, o problema está resolvido e pode-se começar a resolução de outro. Na análise devemos apenas renunciar à ajuda que a experimentação oferece à pesquisa” (1933a, 600-1).

A *meta final* do trabalho psicanalítico é também a mesma que a do trabalho científico em geral: a verdade empírica, isto é, a conformidade (*Übereinstimmung*) das suas proposições com o mundo real (1933a, 587, 602). De acordo com essa meta, tudo o que a psicanálise quer é expressar fatos de um certo tipo, sem ceder a nenhum interesse ou tendência, fazendo seu o direito da ciência de rechaçar a intromissão de pontos de vista práticos no trabalho científico (1916-7, 49).

Conhecemos agora as mais importantes *estratégias argumentativas* com as quais Freud enfrenta as principais resistências intelectuais externas contra aspectos teóricos e metodológicos da psicanálise. Àquelas que são baseadas nas *objeções teóricas dogmáticas* ele opõe o ceticismo kantiano e o caráter especulativo das construções teóricas; àquelas outras, *metodológicas*, baseadas na concepção sistêmica ou axiomática

da ciência empírica, ele opõe a concepção heurística da ciência, igualmente kantiana (cf. LOPARIĆ 1984). Essa combinação do ceticismo com a concepção heurística da ciência é explicitamente recomendada no seguinte trecho tirado de *Resistências à Psicanálise*: “Nos assuntos científicos não deve haver lugar para a esquivia perante o novo. A ciência, perpetuamente incompleta e insuficiente, *só pode esperar a salvação em novas descobertas e novas maneiras de encarar as coisas*. Para que não incorra em enganos, ela faz bem de se armar de *ceticismo* e de não aceitar nenhuma novidade antes de submetê-la ao exame mais rigoroso possível” (1925e, 213; nosso grifo).

De acordo com o ceticismo que abraça e recomenda, Freud não deseja que a sua teoria psicanalítica seja objeto de “convicções rápidas”, de “conversões fulminantes”, nem tampouco de “rejeições momentâneas”; ele prefere antes que ela seja objeto de ceticismo *benevolente* (1916-7, 245-6). O ceticismo freudiano bem entendido deve ser acompanhado de tolerância em assuntos teóricos, pois não dispomos de um algoritmo para a decisão entre o antigo e o novo. Essa é a consequência inelutável da impossibilidade de decisão objetiva dos conceitos e das proposições especulativas das construções científicas básicas nas quais repousa a orientação da pesquisa empírica. Nada é mais difícil, reconhece Freud, do que decidir (*entscheiden*) até que ponto a psicanálise está certa e a partir de onde ela começa a exagerar e a generalizar sem justificação (1925d, 50; 1940a, 74). Só o progresso ou retrocesso da pesquisa empírica, avaliado sobre períodos bastante amplos, poderá permitir a decisão (1916-7, 246), ainda assim sempre provisória.

É claro também qual é o objetivo principal de Freud nessas discussões: assegurar à psicanálise um lugar certo entre os programas de pesquisa científica na área da psicologia, nada mais. Em particular, Freud nunca tentou produzir argumentos que eliminem da psicologia outros programas, tendo se mostrado sempre muito tolerante perante o principal rival, o programa fisicalista.

#### 4 DEFESAS CONTRA RESISTÊNCIAS EXTERNAS AOS FATOS PSICANALÍTICOS

As resistências intelectuais externas à psicanálise não têm por objeto apenas a sua parte teórica e sua metodologia, mas também os *fatos* trazidos à luz. Na sua *Autobiografia*, Freud lembra os esforços de Charcot para vencer a surpresa e o ceticismo dos seus contemporâneos com respeito à autenticidade dos *fenômenos histéricos*, à sua conformidade com leis da natureza, à histeria masculina e à possibilidade de produzir artificialmente os fenômenos histéricos (1925d, 13, 15; cf. 1925e, 215). Freud lembra, além disso, que o seu relato sobre as descobertas de Charcot perante a Sociedade de Medicina de Viena, apresentado em outubro de 1886, também foi mal recebido, tendo sido qualificado de inacreditável pelo presidente da sessão. Quando, desafiado por Meynert, Freud conseguiu exibir um caso de histeria masculina, o aplauso não faltou, mas também o seu resultado não provocou nenhum interesse teórico maior<sup>3</sup>.

<sup>3</sup>Ellenberger (1970) oferece várias retificações interessantes sobre essas informações fornecidas por Freud.

Segundo Freud, as principais razões desse ceticismo e desinteresse provinham do mecanicismo dos seus colegas médicos. Educados nesse quadro teórico, eles respeitavam apenas fatores anatômicos, físicos e químicos dos fenômenos patológicos e consideravam os fatores psíquicos como nebulosos, fantásticos e místicos (1925e, 215). Um bom exemplo desse tipo de preconceito contra fatos é dado pelo seguinte argumento contra a histeria masculina: falar em histeria nos homens é absurdo, pois os homens não têm útero (1925d, 15).

Freud faz também vários relatos de um caso em que ele mesmo resistiu longamente a fatos novos, devido ao choque com as suas expectativas intelectuais. Depois da falsificação da sua teoria da sedução, ele demorou para reconhecer o papel etiológico das fantasias no surgimento das neuroses, devido ao pressuposto teórico de que as causas desses fenômenos só poderiam ser buscadas na realidade material (1914d, 17) e nunca na realidade psíquica.

O choque com a *escala de valores* do pensamento científico da época foi a origem do desprezo para com certos outros grupos de fatos estudados pela psicanálise. Em torno de 1900 parecia inconcebível que um trabalho científico sério pudesse ser dedicado à interpretação dos sonhos, chistes e atos falhos. Tratar deles parecia mais pender para a superstição do que prestar serviço à racionalidade científica (1925d, 43). A resistência contra o reconhecimento da existência da *sexualidade infantil*, por sua vez, parece ter sido mais do tipo narcisista do que intelectual (cf. 1925d, 38; 1914d, 18). Por isso mesmo ela, sem dúvida, é a que se assemelha mais diretamente com a resistência na situação analítica. Além de um forte componente afetivo-moral, essa última resistência possui também um aspecto puramente intelectual. As lembranças recuperadas são comumente consideradas absurdas, irrelevantes, sem nexos ou sentido, etc. (1916-7, 286).

Não há dúvidas de que todas essas resistências também podem ser combatidas através do ceticismo benevolente. Entretanto, elas não podem ser completamente eliminadas de maneira apenas argumentativa. Para deixarmos de resistir a certos fatores revelados pela psicanálise (em particular, aos fatos ligados a nossa sexualidade infantil) precisaríamos passar por uma análise (1933a, 507). Isso significa que temos de vencer nossas resistências afetivo-morais, antes de qualquer outra tentativa de avaliar esses fatos. Assim, se a teoria psicanalítica do recalque e da resistência é verdadeira, existe um domínio de fatos claramente delimitável que deverá permanecer estranho ao senso comum e até mesmo ao senso crítico de todos os não-analisados: eles não poderão discutir de uma maneira suficientemente objetiva as teses psicanalíticas a respeito desse mesmo domínio de fatos.

Poderia parecer, portanto, que a psicanálise está condenada pela sua própria lógica a ser uma ciência esotérica, só compreensível e aceitável para os iniciados. Tal conclusão, contudo, seria precipitada. Em primeiro lugar, as teses mais gerais da psicanálise aplicam-se também a fatos não ligados à sexualidade e acessíveis a todos, sem necessidade de nenhum tratamento específico por meio do método analítico. Em segundo lugar, uma boa parte das teses psicanalíticas é de natureza especulativa e, portanto, não-passível de decisão, com respeito a qualquer domínio dos fatos (inclusive com respeito ao domínio dos fatos que estão à disposição dos analisados). Muitas delas, aliás, foram enunciadas (e, portanto, compreendidas) bem antes do

surgimento da psicanálise. Em terceiro lugar, a aceitação de uma teoria científica não depende apenas de fatos disponíveis, mas também de argumentos oferecidos a favor ou contra ela. De acordo com a psicanálise, a lógica desses argumentos não é, em geral, objeto de repressões narcisistas a mesmo título que os fatos da infância de cada um de nós. Tanto os cientistas como os filósofos não-analisados são perfeitamente capazes de argumentação lógica imparcial, independentemente dos motivos que possam ter para empreender um tal esforço. A “psicanálise” da personalidade do autor de uma teoria filosófica ou científica não equivale a uma crítica, pois o fato de uma teoria ser psicologicamente determinada não invalida em nada a sua verdade científica (1913j, 179).

## 5 DEFESAS INSTITUCIONAIS DA PSICANÁLISE CONTRA RESISTÊNCIAS EXTERNAS

Se esses argumentos são corretos, como explicar então a resistência de Freud contra a polêmica científica? Como entendê-lo quando se nega a oferecer argumentos que corrijam erros manifestos dos adversários, de indicar livros nos quais as informações a respeito da psicanálise são mais confiáveis ou de apontar exemplos e experiências que possam mudar as opiniões correntes sobre ela e quando, finalmente, diz que tudo isso seria inútil e aconselha seus seguidores a esconderem o seu melhor saber (1933a, 566-7)? Seria isso sinal de uma mentalidade avessa ao espírito científico, cuja regra mais básica é a de se expor ao perigo do erro publicamente reconhecível (cf. POPPER 1963)?

No nosso entender as estratégias não-argumentativas freudianas contra as resistências externas à psicanálise não precisam nem devem ser interpretadas como provando a tese de que Freud rompeu com os padrões tradicionais da cientificidade, mas como tentativas de responder na mesma moeda aos adversários que se recusavam a discutir racionalmente. A sua teoria do recalque e da resistência era, por si só, suficiente para preveni-lo contra a expectativa ingênua de que os seres humanos pedem da ciência a verdade e não antes a inverdade. A “incapacidade constitucional” humana para a pesquisa científica mostra-se em toda a sua extensão precisamente no caso da psicologia. Em outras ciências, as pessoas aceitam facilmente a existência dos limites do conhecimento, mas no caso da psicologia não parecem pedir o progresso seguro do saber e sim a satisfação do interesse pela onipotência do pensamento. Por isso transformam em objeção contra a psicologia todo e qualquer problema não-resolvido, toda e qualquer incerteza confessada (1933a, 450). Em outras palavras, cedem sistematicamente ao desejo narcisista de encontrar na psicologia uma *Weltanschauung*, no sentido definido na seção anterior. A tudo isso vêm somar-se as resistências inerciais contra as inovações científicas. Freud deu-se conta logo de que o ceticismo do tipo kantiano, vital para que a ciência possa defender-se contra a precipitação, servia freqüentemente para encobrir a regressão a uma reação primitiva: repulsa ao novo. Esse ceticismo regressivo do dia-a-dia dirige-se fortemente contra a mudança, preservando o familiar e o já aceito, sempre pronto a rejeitar propostas novas sem exame prévio suficiente (1925d, 50). Nesse contexto

Freud gosta de lembrar o caso de um colega seu da Universidade de Viena que escreveu um livro contra a psicanálise sem nunca ter lido a *Interpretação dos Sonhos* (1914d, 23), bem como o famoso episódio do cardeal romano que recusou olhar através do telescópio de Galileu (1925d, 50; 1940a, 74).

Freud se revelou também um observador extremamente agudo das resistências institucionais contra a psicanálise, as quais constituíam, segundo ele, a maior barreira contra o avanço de suas idéias (1925e, 221). É nesse sentido que ele falará em *anátema contra a psicanálise* proferido pelos representantes da ciência oficial (1925d, 50), comparando essa prática com as excomunhões da Idade Média (1933a, 567) e com a barbárie (1925d, 49). A ausência de qualquer tradição científica mais profunda e de regras rigorosas para o exercício da autoridade acadêmica são as principais razões invocadas por Freud para explicar que na América puritana as teses psicanalíticas passaram, em torno de 1910, a ser discutidas com liberdade e dentro do espírito científico, enquanto continuavam rechaçadas com falta de lógica, violência e extremo mau gosto nos centros culturais do Velho Continente (1914d, 31-2).

Sentindo-se marginalizado socialmente (sabemos que sua origem judaica também contribuiu para aguar esse sentimento), Freud decidiu responder, como dissemos, na mesma moeda. À resistência organizada da ciência tradicional, ele reagiu com a criação de uma comunidade de psicanalistas, baseada num acordo sobre um número pequeno de princípios indecíveis, possuindo regras de iniciação e de aceitação, promovendo publicações próprias, fundando institutos fechados, organizando congressos só para iniciados, etc. Aí também ele se revelou profundamente inovador. A instituição psicanalítica criada por ele, como bem diz Ellenberger (1970, 550), não tem paralelo nos tempos modernos e faz reviver a forma greco-romana de organização das escolas filosóficas. Dono de uma instituição bem sucedida, Freud não precisava mais polemizar com os *extramuros*. Enquanto estava sozinho, tentou uma só vez entrar em uma discussão científica: com Löwenfeld, de Munique, sobre as suas teorias da angústia (1916-7, 247). Ficou por aí, pois se deu conta de que, estando isolado, não tinha muitas chances de ganhar as polêmicas, nem adiantava apresentar queixas, pois não havia espíritos isentos nem instâncias capazes de decidir objetivamente o debate. Quando se tornou forte, passou a achar que as polêmicas eram desinteressantes, cansativas e penosas e a recomendar a todos os seus seguidores que as evitassem por completo (1933a, 567-9).

Apesar de todas essas manobras defensivas não-argumentativas, Freud jamais deixou de pedir que a psicanálise fosse considerada uma ciência natural de pleno direito e tratada como tal (cf. 1925d, 58). Ele negará com firmeza que a psicanálise é um produto da sua imaginação especulativa (ou, como gostam de dizer hoje, na França, do seu inconsciente). Insistirá até o fim em dizer que ela é resultado de uma elaboração longa, paciente e imparcial dos fatos de experiência, à luz da lógica da pesquisa científica e da especulação inspirada pela melhor ciência e pela melhor filosofia da época, a saber, o ceticismo e a heurística de Kant. Entretanto, o resultado conseguido por esses meios estava longe de ser inteiramente satisfatório, como foi mostrado pelas discussões em torno da psicanálise no interior do movimento criado por Freud.

## 6 DEFESAS CONTRA AS RESISTÊNCIAS INTELLECTUAIS INTERNAS

Contra os dissidentes do movimento psicanalítico, tais como Jung, Adler e Rank, Freud não podia invocar nem o dogmatismo preconceituoso, nem o desconhecimento de fatos novos revelados pela psicanálise, nem a oposição institucional. Pois suas divergências se basearam sobretudo em *interpretações alternativas* dos mesmos fatos, partindo de pressupostos especulativos diferentes dos de Freud (1914d, 60). Ele reagiu de duas maneiras. Em primeiro lugar, produziu argumentos teóricos e metodológicos específicos contra as especulações dos dissidentes e criticou pontos particulares da lógica da pesquisa científica que praticavam. Em segundo lugar, erigiu barreiras institucionais contra eles: excluiu-os simplesmente do movimento psicanalítico. Como entender essa combinação, à primeira vista estranha, de defesas intelectuais e não-intelectuais com que Freud enfrenta as dissidências internas? Em resposta a essa questão, tentarei mostrar que o recurso freudiano às defesas institucionais não se baseia apenas no reconhecimento dos momentos afetivos que dificultam o entrosamento de pessoas num movimento científico, mas também no caráter de não ser passível de decisão da teoria psicanalítica. A esse traço de ceticismo das teorias empíricas em geral devem somar-se ainda vários problemas metodológicos, internos à psicanálise e não resolvidos de maneira satisfatória, como o problema da testabilidade das hipóteses psicanalíticas e da confiabilidade do método psicanalítico de pesquisa por associação livre.

Todos esses elementos estão de fato presentes na disputa de Freud com Jung, o mais criativo dos dissidentes. Uma das inovações de Jung consistiu na tentativa de resolver as dificuldades geradas pela imprecisão e falta de clareza do conceito freudiano de libido, assumindo, de uma maneira inteiramente especulativa, uma só libido primordial, que pode ser sexualizada ou assexualizada e que coincide na sua essência com a energia mental em geral (1923a, 255-6). Freud respondeu dizendo que essa inovação é metodologicamente questionável, causa muita confusão teórica, torna o termo *libido* um sinônimo supérfluo de *energia psíquica* e não pode evitar que ainda se precise fazer a distinção entre a libido sexual e assexual (*ibid.*). A fraqueza dessa resposta salta aos olhos: ela não passa de um *petitio principii*, concernindo aliás apenas a uma questão de nomenclatura. Tanto é assim que, baseado no conceito do narcisismo, o próprio Freud admitiu, como vimos acima (seção 2), que o termo *libido* podia ser, seja abandonado por completo, seja redefinido como sinônimo de *energia psíquica* (1933a, 536).

Poder-se-ia talvez argumentar que, comparada com a especulação de Jung sobre a libido primordial ou sobre o interesse geral, a suposição freudiana do narcisismo introduz maior clareza, precisão e firmeza na superestrutura da psicanálise. A questão é cativante, mas tudo indica que uma decisão sobre ela não seria nada fácil. Freud mesmo encarregou-se de mostrar a pouca precisão do conceito de narcisismo. As neuroses de guerra, diz ele na sua *Autobiografia*, foram apresentadas como contra-exemplos da tese geral da psicanálise de que fatores sexuais são necessários na etiologia das neuroses. Essa falsificação é frívola e prematura, responde Freud. Isso porque, até então, ninguém foi capaz de analisar a fundo um só caso dessas neuroses e mostrar que não se trata de uma neurose narcisista em que a libido é ligada ao seu próprio ego e não a um outro objeto (1925d, 54). Freud, entretanto, não oferece nenhuma indicação sobre a

maneira como tal incerteza poderia ser dirimida dentro da teoria psicanalítica. A dificuldade em fazê-lo pode ser ilustrada por meio de um caráter inquietante das neuroses traumáticas: nelas os pacientes desenvolvem sonhos que repetem a situação traumática inicial e o pavor que nela sentiram. Esse fato parece contradizer a hipótese psicanalítica de que todo sonho realiza ou tenta realizar um desejo. Existiria uma saída: poderíamos supor a existência de tendências masoquistas do ego (1920g, 224). Nem o próprio Freud se sentia à vontade com essa resposta, pois observa que se trataria de uma tendência bastante misteriosa (*ibid.*).

Vemos que a discussão freudiana da divergência especulativa central entre ele e Jung é muito pouco conclusiva. Quando Freud aprofunda o ataque dizendo que as concepções de Jung, por corresponderem a uma visão especulativa da natureza do instinto sexual, são inevitavelmente escolhidas ao acaso ou de acordo com considerações irrelevantes e que correrão o risco de se revelar inadequadas para o campo em que se procura aplicá-las (1914d, 19), ele não está fazendo outra coisa senão formular uma dúvida genérica sobre a fertilidade dessas concepções. Mas, de acordo com o próprio Freud, na presença de um desacordo dessa natureza, a única atitude adequada é a de dizer: a pesquisa futura decidirá.

Freud fez também uma série de críticas sobre a reinterpretação jungiana da sua etiologia das neuroses. Segundo Jung, o conflito gerador de neuroses não se daria entre os instintos sexuais e o ego, mas surgiria entre as tarefas da vida real, impostas a cada um de nós, e a nossa inércia psíquica. Nesse contexto, as idéias sexuais identificadas por Freud (as que pertencem ao complexo do Édipo, por exemplo) são entendidas como modos arcaicos de expressão de pensamentos ético-morais mais elevados e não como possuindo uma referência na história individual de cada paciente. De acordo com isso, a terapia jungiana insistirá sobre os conflitos atuais e sobre o não-cumprimento de tarefas da vida, negligenciará conseqüentemente a análise da infância e tenderá a substituí-la por uma investigação antropológica (1914d, 60-3).

Freud acredita que essas "deturpações" da psicanálise podem ser combatidas por argumentos fatuais. Temos aqui, portanto, a oportunidade de verificar se de fato a psicanálise é *empiricamente testável*, como diz, por exemplo, Glymour (1974, 14, ss), ou se ela pende antes para a astrologia, não sendo capaz de colidir com os fatos, como afirma Popper (1963, 37) junto a muitos outros. Segundo Jung, as representações sexuais são apenas modos arcaicos de expressão de idéias mais elevadas; isso conflita, diz Freud, com o fato de que, nas neuroses, esses complexos sexuais se mostram portadores de quantidades da libido retiradas da utilização na vida real (*ibid.*, 65). A resposta seria talvez conclusiva se pudéssemos atribuir medidas às quantidades da libido e se pudéssemos distinguir entre a libido e as outras formas de energia psíquica, caso existam. Dentro da psicanálise, tal como foi formulada por Freud, nenhuma dessas duas coisas é possível. A refutação oferecida por Freud não é fatural e sim, de novo, uma simples *petitio principii*.

A controvérsia entre Jung e Freud sobre a cena primitiva é, sem dúvida, ainda mais relevante para a questão da testabilidade empírica da psicanálise. Segundo Freud, os sintomas neuróticos são conseqüências do descontrole da função sexual e são ligados associativa e logicamente ao conteúdo das cenas infantis, sobretudo à cena do ato sexual entre os pais, chamada cena primitiva. A cura dependerá conseqüen-

temente de uma análise suficientemente acabada dessa cena. Por outro lado, segundo Jung, as neuroses surgem, como vimos, da fuga às tarefas da vida real. A significação das cenas de infância se deve à tendência dos neuróticos de expressarem os seus interesses atuais pelas lembranças e símbolos do passado distante. Todas as cenas infantis, inclusive a cena primitiva, são símbolos regressivos, construções da fantasia dos adultos.

A escolha entre as duas maneiras de interpretar o passado individual dos pacientes dependerá sobretudo da realidade ou não da cena primitiva. Em 1914, no auge do seu conflito com Jung, Freud parece ter esperado, por momentos, que os fatos pudessem decidir diretamente o assunto. O seu exame do material disponível o levou, no entanto, à conclusão de que tal decisão era impossível, porque os pacientes em geral não estão em condições de distinguir entre suas fantasias e suas lembranças. Esse exame, começado sem dúvida vários anos antes, conduziu Freud à mais estranha das suas descobertas: que no surgimento das neuroses o conteúdo das cenas infantis meramente fantasiadas podia ter o mesmo efeito causal que o conteúdo das cenas corretamente lembradas (1916-7, 361). Esse resultado recolocava a divergência com Jung em novos termos: as fantasias causadoras dos sintomas neuróticos são ou não são criações dos adultos? Jung diz que sim, Freud diz que não. A questão de novo parece poder ser decidida a partir de fatos relativos às neuroses infantis. Freud escreveu o seu *Homem dos Lobos* (1914, publicado em 1918) justamente para provar a existência de traumas *infantis*, quer fantasiados quer efetivamente lembrados, ligados à cena primitiva. Qual é a força das evidências de Freud? Ele se baseia sobretudo na interpretação de um sonho que o Homem dos Lobos lembrava ter tido com quatro anos de idade e que, segundo Freud, só fazia sentido se supuséssemos que na idade de um ano e meio ele viu o *coitus a tergo* dos pais três vezes repetido tendo compreendido o seu sentido apesar da pouca idade (1918b, 157) — ou, pelo menos, que na época do sonho estava em condições de fantasiar um trauma utilizando as lembranças pertencentes ao seu segundo ano de vida (1918b, 176). Qual é então a força dessa evidência? O argumento gira em torno da necessidade lógica de levar em conta a lembrança ou a fantasia de uma cena primitiva com tais e tais detalhes para garantir o pleno sentido do sonho infantil lembrado pelo adulto. Freud faz aqui duas suposições independentes. Primeiramente, ele supõe que *todos* os sonhos são suscetíveis de uma interpretação *completa*; supõe, em segundo lugar, que existe uma única interpretação compatível com o conteúdo manifesto por um sonho qualquer. Embora pareça empírica à primeira vista, não é nada fácil determinar a natureza exata da primeira suposição. De qualquer modo, tudo o que Freud disse sobre os sonhos está longe de prová-la (cf. WITTGENSTEIN 1982). A segunda é essencialmente de natureza *lógica*. Freud sabe disso e compara a tarefa de interpretar um sonho com a de resolver um quebra-cabeça ou um *puzzle* (1923c, 265). Quando conseguimos resolver um quebra-cabeça de modo que o seu desenho se torne inteiramente significativo, sem nenhuma lacuna e que o quadro esteja totalmente preenchido, sabemos, diz Freud, que a solução foi encontrada e que não existe nenhuma outra possível (*ibid.*). Contudo, temos boas razões para duvidar de que o conteúdo manifesto do sonho admita *apenas uma* interpretação ao nível dos pensamentos latentes. Tudo o que sabemos sobre a relação entre nossa linguagem ou nossos pensamentos e nos-

sas intuições fala contra essa hipótese. Admitamos, entretanto, que ela seja verdadeira. Como poderíamos decidir se encontramos a interpretação correta ou não? Ora, segundo Freud, essa interpretação dependerá das *livres associações* do paciente e do seu acordo final. Num texto tardio, Freud reconhece a grande dificuldade em avaliar criticamente tanto o acordo como o desacordo do paciente, sugerindo que somente a continuação da análise poderia trazer luz quanto ao acerto da interpretação (1937d, 402). Mas essa resposta não resolve o nosso problema, porque, de novo segundo o próprio Freud, a experiência analítica não pode decidir quando acabaram as resistências do paciente (1937c, 368). Pior ainda, a convicção firme da verdade de uma interpretação ou construção proposta pelo analista pode gerar os mesmos efeitos terapêuticos que uma lembrança efetivamente recuperada (1937d, 403). Freud tardio reconhece: a reconstrução por meios analíticos do sentido supostamente representado pelo conteúdo manifesto dos sonhos é irremediavelmente comprometida pelo caráter interminável da análise e pela inevitável sugestionabilidade dos pacientes<sup>4</sup>.

Além das questões disputadas com Jung e outros dissidentes, existem muitas outras questões internas à psicanálise que não podem ser decididas objetivamente. E o próprio Freud levantou suspeitas quanto à possibilidade de decidir sobre várias delas: é possível resolver definitivamente um conflito entre o ego e um impulso? Ao tratar um certo conflito dos impulsos de alguém podemos conseguir imunizá-lo contra todos os outros conflitos? É verdade que a terapia psicanalítica cura substituindo recalques permeáveis por recalques adicionais satisfatórios do ponto de vista do ego e confiáveis, isto é, capazes de pôr um fim à supremacia de fatores quantitativos dos impulsos? Freud concede não saber dizer se essas questões centrais da sua teoria do método psicanalítico de tratamento das neuroses são solúveis ou não com base em fatos então disponíveis (Eg, 364, 368).

Consideremos a última das questões acima: a psicanálise cura fortalecendo os controles dos impulsos? A resposta afirmativa está certamente de acordo com todos os casos de cura bem sucedidos por meio da terapia psicanalítica. Mas dificilmente se poderia dizer que esses fatores *confirmam* essa hipótese, já que, como observa Freud, ela foi introduzida justamente para explicá-los (Eg, 370). Por outro lado, os casos de não-cura ou de volta dos sintomas neuróticos *não refutam* essa hipótese dentro do quadro da teoria psicanalítica, pois nessa teoria é sempre possível explicar os fracassos terapêuticos dizendo que o objetivo da cura, isto é, a substituição de recalques permeáveis pelos impermeáveis, não foi atingido em plena extensão e que fragmentos do antigo mecanismo de defesa permaneceram em ação. Essa hipótese, por sua vez, não pode ser decidida, sendo de resto claramente *ad hoc*: ela ex-

---

<sup>4</sup>Para uma análise semelhante do problema da testabilidade das hipóteses psicanalíticas e da utilidade do método da livre associação, cf. WITTGENSTEIN 1982, pp. 1-11.

plica justamente o êxito *parcial* da terapia psicanalítica. Mas, comenta Freud, se essa é uma explicação admissível da incerteza do sucesso do método psicanalítico, então podemos dizer que a pretensão psicanalítica de curar fortalecendo os controles é “sempre correta em teoria embora na prática nem sempre o seja” (*ibid.*). A suposição da psicanálise na qual se baseia o seu método terapêutico *não é nem confirmável nem refutável* a partir da experiência clínica.

Estamos, agora, em condições de entender melhor as razões que levaram Freud a praticar as excomunhões dos dissidentes. Freud não podia assegurar a possibilidade de decidir sobre suas especulações, nem a testabilidade das suas construções auxiliares, nem tampouco a confiabilidade das inferências obtidas pela aplicação do método psicanalítico de pesquisa científica, isto é, do método da livre associação. No entanto, estava convicto de ter penetrado numa região desconhecida de fatos novos e feito descobertas verdadeiramente revolucionárias. O seu ceticismo metodológico o autorizava plenamente a persistir na busca. Entretanto, ele viu claramente que esse mesmo ceticismo podia ser usado para minar a unidade programática da pesquisa e da prática psicanalítica. O velho ditado *Quot capita, tot sensus* tem toda razão, diz ele na sua tardia *Nova Série de Conferências*; eis porque as divergências de opinião sobre as questões teóricas básicas não podiam ser superadas apenas por meio da discussão.

Às dificuldades relativas à decisão do teor da verdade da teoria psicanalítica vieram desde logo somar-se fortes momentos afetivos que dificultaram para muitos o entrosamento no movimento psicanalítico ou a subordinação ao projeto comum dos trabalhos (dado, é claro, por Freud) — momentos responsáveis pela acusação de ele ser uma pessoa intolerante, dominada pela certeza arrogante na sua própria infalibilidade (1925d, 53). Freud não demorou a concluir com muito realismo que o próprio bom senso recomenda a separação dos grupos discordantes quando as divergências de opiniões passarem de um certo ponto, sobretudo quando os desacordos teóricos acarretarem sérias conseqüências para a atividade terapêutica. Na prática isso significava, sem dúvida, que os dissidentes deviam abandonar o movimento. Essa atitude intolerante é explicitamente admitida e assumida por Freud (1933a, 572-3).

Raros são, creio eu, os que deixarão de ficar perplexos ou até mesmo escandalizados pelas tentativas de Freud em apontar os momentos afetivos subjacentes às objeções dos dissidentes contra as suas teorias. Quem o seguirá quando ele diz que Jung resiste a aceitar a tese da etiologia sexual das neuroses em virtude do seu passado teológico (1914d, 61)? Ou que Adler insiste sobre os instintos de agressão, não deixando lugar para o amor (*sic!*), em virtude do seu passado socialista (1914, 61; 1958, 61)? Contudo, não se deve esquecer que tais argumentos nunca foram baseados *apenas* nas concepções freudianas a respeito do ideal da cientificidade almejada pela psicanálise. Quando Freud tenta isolar os dissidentes e influenciar os seus seguidores a não entrar em polêmicas, ele o faz por considerar essas últimas facilmente infrutíferas (1916-7, 246) e quase inevitavelmente pessoais (*ibid.*, 568). Queria assim defender a comunidade de seus “amigos” e “alunos” (1925, 53, 65) contra indecisões paralisadoras. Agindo desse modo, Freud apenas se revela consistente com a sua visão da natureza humana, o seu ceticismo e a sua metodologia

heurística: uma linha inovadora de pesquisa científica não pode firmar-se se não for abraçada por uma comunidade científica unida em torno de um projeto de pesquisa objetivamente indecidível.

## 7 CONCLUSÃO

Não pode haver dúvida de que Freud dispensou tratamentos diferentes às resistências intelectuais, por um lado, e às resistências inerciais, narcisistas ou institucionais, por outro. A sua luta contra essas últimas o levou a promover a institucionalização da psicanálise, conferindo um caráter um tanto esotérico a toda a doutrina psicanalítica. Esse fato, entretanto, não nos permite concluir que Freud abandonou as regras tradicionais do trabalho científico. Isso decorre claramente da análise do seu confronto com as resistências intelectuais, tanto aquelas que foram oferecidas pelos representantes da ciência tradicional (externas), como as que encontrou por parte dos seus próprios colaboradores (internas). Vimos que Freud combateu as primeiras, opondo, ao dogmatismo e ao estilo axiomático em que se baseiam, o ceticismo e o estilo heurístico de praticar a ciência, ambos de origem kantiana. Vimos também que, ao enfrentar as segundas, Freud igualmente tentou argumentar, baseando-se em fatos vivenciais, embora sem muito êxito. Como mostramos a partir de suas críticas às teorias de Jung, o caráter fortemente especulativo da psicanálise não permite nem uma decisão puramente metodológica nem uma decisão fatal entre as interpretações rivais dos mesmos fatos acumulados pelas observações analíticas. Evocamos também as suas penetrantes análises sobre as dificuldades em se decidir, a partir dos fatos, várias questões centrais da teoria e da prática psicanalíticas. Uma discussão adequada desses temas só poderá ser feita depois da reconstrução completa da estrutura da teoria psicanalítica e de resolvidas as questões da testabilidade das hipóteses psicanalíticas e da confiabilidade do método psicanalítico. Freud parece não ter conseguido obter uma clareza necessária sobre nenhum desses pontos. Dando-se por satisfeito em ter aberto uma profunda picada num domínio de fatos até então desconhecidos, ele deixou para os outros o problema de apaziguarem a sua consciência metodológica, exatamente como fizeram praticamente todos os outros grandes inovadores científicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As obras de Freud em alemão indicadas abaixo foram utilizadas na edição da *Studienausgabe* (St. A.) publicada pelo Fischer Verlag, com a única exceção do *Abriss* que é usado na edição de bolso da mesma editora. As obras em inglês foram utilizadas na edição da *Standard Edition* (St. E.).

- ELLENBERGER, H. F. 1970: *The Discovery of the Unconscious*, Basic Books.  
 FREUD, S. 1900a: *Die Traumdeutung*, St. A., v. 2.  
 FREUD, S. 1905c: *Der Witz und seine Beziehung zum Unbewussten*, St. A., v. 4.  
 FREUD, S. 1905d: *Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie*, St. A., v. 5.  
 FREUD, S. 1905e: "Bruchstück einer Hysterie-Analyse", St. A., v. 6.  
 FREUD, S. 1913j: "The Claims of Psychoanalysis to Scientific Interest", St. E., v. 13.

- FREUD, S. 1914c: "Zur Einführung des Narzismus", St. A., v. 3.  
 FREUD, S. 1914d: "On the History of the Psychoanalytic Movement", St. E., v. 14.  
 FREUD, S. 1915e: Das unbeurteilte, St. A., v. 3.  
 FREUD, S. 1916-7: *Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse*, St. A., v. 1.  
 FREUD, S. 1918b: "Aus der Geschichte einer infantilen Neurose", St. A., v. 8.  
 FREUD, S. 1920g: *Jenseits des Lustprinzips*, St. A., v. 3.  
 FREUD, S. 1923a: "Two Encyclopaedia Articles", St. E., v. 18.  
 FREUD, S. 1923b: *Das Ich und das Es*, St. A., v. 3.  
 FREUD, S. 1925d: *Autobiography*, St. E., v. 20.  
 FREUD, S. 1925e: "The Resistences to Psychoanalysis", St. E., v. 19.  
 FREUD, S. 1926e: *Die Frage der Laienanalyse*, St. A., volume complementar.  
 FREUD, S. 1933a: *Neue Folge der Vorlesungen zur Einleitung in die Psychoanalyse*, St. A., v.1.  
 FREUD, S. 1937c: "Die endliche und die unendliche Analyse", St. A., volume complementar.  
 FREUD, S. 1937d: "Konstruktionen in der Psychoanalyse", *ibid.*  
 FREUD, S. 1940a: *Abriss der Psychoanalyse*, Fischer Verlag, 1953.  
 FREUD, S. 1940b: "Some Elementary Lessons in Psychoanalysis", St. E., v. 23.  
 GLYMOUR, C. 1974: "Freud, Kepler, and the clinical Evidence", em Wollheim, R. e Hopkins, J. 1982.  
 HERTZ, H. 1894: *Prinzipien der Mechanik*.  
 KANT, I. 1781: *Crítica da Razão Pura*.  
 LOPARIC, Z. 1983: "Heurística kantiana", *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* (5): 73-89.  
 MACH, E. 1886: *The Analysis of Sensations*, Dover, 1956.  
 NAGEL, Th. 1974: "Freud's Anthropomorphism", em Wollheim, R. e Hopkins, J. 1982.  
 POPPER, K. R. 1963: *Conjectures and Refutations*, Routledge and Kegan Paul.  
 VAIHINGER, H. 1924: *The Philosophy of 'As if'*, Routledge and Kegan Paul.  
 WOLLHEIM, R. e HOPKINS, J. 1982: *Philosophical Essays on Freud*, Cambridge University.  
 WITTGENSTEIN, L. 1982: "Conversations on Freud; excerpt from 1932-3 lectures", em Wollheim, R. e Hopkins, J. 1982.